UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA – FACE

DAVID FERNANDO DA VEIGA

OS IMPACTOS PROVOCADOS EM ALGUMAS EMPRESAS DE DOURADOS-MS COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

DOURADOS – MS
2015

DAVID FERNANDO DA VEIGA

OS IMPACTOS PROVOCADOS EM ALGUMAS EMPRESAS DE DOURADOS-MS COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Manfredo Rode.

Banca Examinadora:

Professor Juarez Marques Alves

Professor Rafael Martins Noriller

DOURADOS – MS
2015

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar os impactos provocados em 15 empresas da cidade de Dourados – MS com contabilidade centralizada (própria) em decorrência da implantação do SPED. Os objetivos específicos estão focados em relatar a influência do desenvolvimento tecnológico na contabilidade, abordar sobre o processo de implantação do SPED (Fiscal – ICMS/IPI/PIS/COFINS, Nota fiscal eletrônica e Contábil), evidenciar os impactos provocados na área fiscal e contábil em decorrência da implantação e constatar os benefícios, as vantagens e desvantagens da utilização do novo sistema. A metodologia teve abordagem tipo documental, bibliográfica e exploratória, sendo esta última de caráter qualitativa e quantitativa. Foi realizado coleta de dados através de questionário aplicado aos profissionais contadores destas empresas buscando explicar os objetivos específicos. Após o estudo, conclui-se que, com os impactos provocados com a implantação do SPED, no início provocou muitas dúvidas e questionamentos, mas no geral acarretou várias oportunidades e benefícios para os profissionais contábeis, empresas e órgãos arrecadadores. Neste ponto destaca-se a importância do profissional contábil, com auxílio da área de TI, como peça fundamental para todo o processo de implantação do SPED nas empresas.

Palavras-chaves: Escrituração Digital; Profissional Contábil; Tecnologia da Informação.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impacts in 15 companies in the town of Dourados - MS with centralized accounting (own) as a result of the implementation of SPED. The specific objectives are focused on reporting the influence of technological development in accounting, address on the process of implementation of SPED (Tax - ICMS / IPI / PIS / COFINS, electronic invoice and Accounting), highlight the impacts on tax and accounting area as a result of implementation and find the benefits, the advantages and disadvantages of using the new system. The methodology was documentary type approach, bibliographical and exploratory, the latter of qualitative and quantitative character. Data collection was conducted through a questionnaire that the professional accountants of these companies seeking to explain the specific objectives. After the study, it is concluded that, with the impacts with the implementation of SPED earlier caused many doubts and questions, but overall led to several opportunities and benefits for accounting professionals, businesses and collecting agencies. At this point highlights the importance of accounting professional with the aid of IT, as a key to all SPED implementation process in companies.

Keywords: Digital bookkeeping; Accounting professional; Information Technology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA 8
1.2 OBJETIVOS 9
1.2.1 Objetivo Geral 9
1.2.2 Objetivos Específicos 9
1.3 JUSTIFICATIVA 9
2. REVISÃO TEÓRICA 10
2.1 A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA CONTABILIDADE ... 10
2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL 11
2.2.1 EFD– ICMS/IPI 13
2.2.2 ICMS e IPI 14
2.2.3 Obrigações Acessórias ao ICMS - GIA e SINTEGRA 15
2.2.4 Nota Fiscal Eletrônica 16
2.2.5 EFD- Contribuições - PIS/COFINS 17
2.2.6 ECD - Escrituração Contábil Digital 18
2.3 A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SPED 19
2.4 OS IMPACTOS GERADOS 20
2.5 OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS 21
2.6 AS DESVANTAGENS 21
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 22
3.1 TIPO DE PESQUISA 22
3.2 TIPO DE PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM 23
3.3 INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS 23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES 25
4.1 DADOS EMPRESARIAL 25
4.2 DADOS ÂMBITO CONTÁBIL E FISCAL 26
4.2.1 A Influência do Desenvolvimento Tecnológico na Contabilidade 26
4.2.2 A Implantação do SPED 27
4.2.3 Os Impactos Causados 29
4.2.4 Os Benefícios e Vantagens 30
4.2.5 As Desvantagens 30

4.2.6 SPED para fins gerências 31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 32
6. REFEERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos primitivos o ser humano busca controlar suas ações. No início, quando o homem vivia da caça e pesca, registrava suas atuações nas paredes das cavernas. Depois surgiu a troca de mercadorias e posteriormente a criação da moeda, dando-se o início da economia. Diante das transformações também foram surgindo preocupações com relação às riquezas, vendas, trocas, aquisições de bens, necessitando assim, de registro e controle de todas essas ações. Conforme o desenvolvimento e a transformação da economia, altera-se também a forma de controle dos atos a ela ligados. (GREGO,2009).

Em decorrência da evolução da tecnologia, da globalização e do crescimento do país, aumentaram-se o número de empresas, e com isso foi necessária uma transformação em todo o sistema público, para que o governo brasileiro pudesse controlar todas as movimentações das negociações mercantis, base tributária nacional.

A tecnologia está presente na vida de todos. Hoje, nenhum campo profissional resiste à transformação que acontece, a era da informação. Diante deste quadro, era impossível que a contabilidade, como ciência, ficasse alheia ao processo tecnológico. Governo, empresas e os profissionais contábeis perceberam que os livros e a caneta já não podiam fazer parte do cotidiano da contabilidade. (GREGO,2009).

Inicialmente, todos os controles eram feitos manualmente, e pendurou esse procedimento por muitos anos. Com o início do uso da tecnologia de informática, surgem os primeiros equipamentos e sistemas que reduziram parcialmente o trabalho manual da escrituração contábil e dos controles tributários. Mas, o ser humano foi evoluindo, e junto as novas tecnologias, com o tempo foram criando soluções que reduziram gradativamente o trabalho manual. A automação dos processos foi se adequando e surgem sistema de informação (software) e equipamentos sofisticados, com alta capacidade de armazenamento de dados (hardware), permitindo que os registros contábeis e fiscais passassem a ser automatizado em sua maioria. (VALERETTO, 2010).

Os governos, no decorrer do tempo, muitas vezes ficaram impossibilitados de realizarem cobranças de tributos e de melhorarem seus controles por conta das dificuldades aliadas a falta de recursos que automatizassem os processos e aumentassem a eficiência dos controles e da cobrança dos créditos tributários. Enquanto a evolução da tecnologia de informática melhorava as condições de registro e controles dos contribuintes, também estavam melhorando as condições dos agentes tributários. Essa evolução de ambos os lados possibilitou a criação de um sistema de controle tributário inovador que automatiza os dois lados, e melhora consideravelmente a automação dos registros e controles das transações realizadas pelos contribuintes, de forma que os órgãos arrecadadores (Federal, estadual e municipal) e de controle recebam as informações, na qualidade de auto declaração e confissão de dívida com tributos perante os governos. (VALERETTO, 2010).

Assim, portanto, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) surge como uma importante ferramenta criada pelo Governo Federal, com o intuito de informatizar todos os registros e informações entre os órgãos arrecadadores e os contribuintes. O sistema foi dividido em três grupos: *Escrituração Fiscal Digital; Nota Fiscal Eletrônica; Escrituração Contábil Digital.*

Antes do atual Sistema de Escrituração Digital toda e qualquer ação relacionada à contabilidade das empresas, contribuintes e informações passadas aos órgãos arrecadadores era realizada de forma manual, por meio de anotações diárias em livros específicos, impressões de diversos documentos, ocasionando o acúmulo de papéis.

A evolução tecnológica, neste caso, foi fundamental para que todo o processo de escrituração também fosse alterado. Com o novo sistema, todas as ações são registradas digitalmente, mediante programas específicos.

Neste sentido, essa evolução tecnológica tem transformado em aprendizes os profissionais da área contábil que devem seguir esse processo buscando aprendizado contínuo e permanente para acompanhar a tecnologia. (DUARTE,2008).

É grande a discussão sobre os impactos da implantação do SPED para empresas, para o governo, contabilistas e profissionais de tecnologia de informação. A implantação do SPED leva as empresas e os profissionais da área contábil e fiscal, a atuarem como uma conexão entre o Estado e seus clientes, e para isso, necessitam estar munidos com ferramentas atuais necessárias a implantação e ao domínio pleno de toda parte operacional e funcional do projeto.

A contabilidade não trabalha isolada das outras áreas, ela tem grande relevância dentro de uma organização fornecendo informações que traçam a continuidade e o desenvolvimento da empresa frente às exigências do mercado atual. (LLARINO, 2010).

A presente pesquisa contribui para o entendimento dos impactos causados em algumas empresas na cidade de Dourados – MS em decorrência da implantação do SPED, porém não esgota o assunto, podendo haver várias outras vertentes de estudo e pesquisa a serem abordadas posteriormente.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Diante da grande movimentação relacionada às transações com mercadorias e serviços em decorrência do desenvolvimento da economia e consequente aumento no número de contribuintes, o Governo Federal procurou soluções para determinados problemas relacionados à fiscalização, padronização e qualidade das informações. Assim, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital para possibilitar a automação da Escrituração Fiscal e Contábil. Esta é uma das formas encontradas por esse sistema para aumentar a eficiência da cobrança de créditos tributários. Portanto, esta pesquisa tem o foco de procurar responder ao seguinte questionamento: Quais os impactos provocados em algumas empresas da cidade de Dourados-MS com a implantação do SPED?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos provocados em algumas empresas na cidade de Dourados-MS em decorrência da implantação do SPED.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Relatar a influência do desenvolvimento tecnológico na contabilidade.
- Abordar sobre o processo de implantação do SPED (Fiscal – ICMS/IPI/PIS/COFINS), Nota fiscal eletrônica e Contábil).
- Evidenciar os impactos provocados na área fiscal e contábil em decorrência da implantação do SPED.
- Constatar os benefícios, as vantagens e desvantagens da utilização do novo sistema.

1.3 JUSTIFICATIVA

O governo institui o sistema SPED para informatização da relação entre os órgãos arrecadadores e os contribuintes, modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Diante da grande relevância do sistema SPED, o presente trabalho torna-se viável, pois tem como analisar os impactos causados nas empresas com a implantação do SPED.

Este trabalho é voltado também para área acadêmica, especificamente para os estudantes de contabilidade, pois despertará nos acadêmicos o interesse por conhecer a parte operacional do sistema SPED, fazendo com que os mesmos busquem qualificação técnica profissional em legislação e procedimentos de operacionalização do sistema, haja vista, que este novo sistema é fundamental para o profissional contador. Os contadores de uma forma geral, serão fundamentais para utilização do SPED, pois possuem conhecimentos específicos em contabilidade, sendo primordial para se fazer escrituração fiscal e contábil.

A contribuição do presente trabalho está na possibilidade de verificar os benefícios, vantagens e desvantagens do SPED, para que a empresa e profissionais da área possam evoluir junto com a tecnologia e se adequem as normas exigidas desse novo sistema.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA CONTABILIDADE

Ao longo do desenvolvimento da sociedade a Contabilidade passou por importantes mudanças em sua forma de atuação. Inicialmente, os profissionais exerciam suas funções de forma manual, posteriormente surgiram as máquinas, e atualmente, usa-se o meio eletrônico.

A tecnologia da informação (TI) inicialmente abrangia computadores e softwares voltados para o armazenamento, processamento e análise de informações. Na década de 80, quando se popularizaram os computadores pessoais, particularmente pelo uso de softwares de entretenimento e planilhas eletrônicas, surgiu a TI de escritório, composta pelos sistemas de automação de escritório, voltada ao gerenciamento de documentos, de agendas e à comunicação. Também na década de 80, a automação ganhou força, levando a TI ao chão da fábrica. (GONÇALVES; RICCIO, 2009, p.6).

Pode-se verificar que houve grandes avanços na tecnologia de informação nos últimos anos, principalmente com a evolução da informática e da internet que introduziram nas empresas, uma nova era para o profissional contábil, exigindo maior capacitação e uma postura no processo decisório da gestão empresarial.

Devido a um grande número de fatos contábeis que diariamente ocorrem nas entidades de demais setores da sociedade, a contabilidade passa a ser vista como uma ciência trabalhosa. O profissional, além de formação técnica, necessita atentar-se quanto às inovações tecnológicas que possam ser usadas em suas funções. Assim, as mudanças no perfil do profissional tornam-se inevitáveis. (PRIMAK, 2009).

Para qualquer ramo da sociedade, a informação é fundamental, principalmente quando o assunto está relacionado à gestão e economia. As entidades, em especial, necessitam de dados a todo o momento, e a tecnologia é essencial.

Assim, Duarte (2009) apresenta:

> E, de fato, este é o papel da tecnologia: fornecer informações com velocidade e precisão. Por esta razão, a condição mínima para que uma organização se torne competitiva é possuir sistemas de informações capazes de fornecer relatórios, planilhas e gráficos precisos e no momento em que se fazem necessários.
> Da mesma forma, as habilidades com a tecnologia são imprescindíveis, mas não suficientes para o sucesso profissional.

Observa-se que a tecnologia é essencial para o desenvolvimento de muitas ciências, como a Contabilidade. A tecnologia de informação atualmente, é extremamente importante para que o Contador possa exercer suas funções de forma rápida e eficiente.

Embora o conhecimento e a sua comunicação sejam fenômenos básicos de toda a sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação. (GREGO,2009).

A era da nova sociedade informatizada, que trabalha quase que em tempo real, nos coloca muitos desafios. Traz um tipo diferente de viver: um viver instantâneo que afeta

profundamente as relações entre as pessoas. E, em especial, a relação entre o serviço público e os cidadãos. (WERTHEN,2004).

A Contabilidade é uma das atividades profissionais que mais utiliza a Internet para a concretização dos seus trabalhos diários. Através dessa tecnologia os profissionais fazem envio de declarações em geral aos Fiscos, por exemplo. (PRIMAK, 2009).

A contabilidade tem evoluído constantemente ao longo do tempo e um dos pontos que tem contribuído para isso são os avanços da tecnologia da informação, uma vez que o objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis que auxiliam na tomada de decisão. (LLARINO,2010).

Segundo Llarino (2010), a contabilidade e a tecnologia da informação, mais precisamente os sistemas integrados, estão interligados, sendo o objeto facilitador dos trabalhos contábeis, atuando com rapidez e segurança nos processos, evitando os erros e contribuindo pela eficácia das informações geradas.

A tecnologia da informação possui grande importância na Contabilidade, que o Governo Brasileiro instituiu para os serviços fiscais e contábeis, um Sistema Digital no ano de 2007. Trata-se do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, analisado nos tópicos seguintes.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Em decorrência do grande volume de transações comerciais que diariamente ocorrem no Brasil e que requerem registro contábil e controle por parte dos governos, motivou o governo federal a instituir um sistema de informações com o objetivo de facilitar para os contribuintes a prestação de contas por meio do atendimento das obrigações acessórias e facilitar aos governos a administração e controle de todas as transações comerciais realizadas pelos contribuintes.

Segundo Oliveira, (2011), o Projeto SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, trata-se de uma tecnologia que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais dentro de um formato digital específico e padronizado.

O SPED – Sistema Público de Escrituração Digital foi criado pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal. O seu artigo 2º apresenta a seguinte definição:

> Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (Redação dada pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013). (BRASIL, 2014)
>
> SPED – Contábil – É a substituição da escrituração em papel para Escrituração Contábil Digital (ECD). Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares se houver; II – livro Razão e seus auxiliares se houver; III – livro Balancetes Diários Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. SPED-Fiscal – A Escrituração Fiscal Digital (EFD) se trata de um conjunto de escriturações de documentos fiscais, registros de

> apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.
> Nota Fiscal Eletrônica Nacional (NF-e) – O Projeto Nota Fiscal Eletrônica está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil. A NF-e tem recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes. (BRASIL, 2014)

A Receita Federal do Brasil (RFB) é responsável por administrar o Sistema em conjuntos com outros órgãos públicos, como pode ser tratado abaixo:

> Art. 3º são usuários do Sped:
> I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
> II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e
> III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas.
> Art. 5º O Sped será administrado pela ***Secretaria da Receita Federal*** com a participação de representantes indicados pelos usuários de que tratam os incisos II e III do art. 3º. (BRASIL, 2014).

Para Girotto (2008), a ideia é permitir uma maior integração do Fisco em todas as suas esferas, visto que os movimentos contábeis e fiscais serão enviados para uma base de dados compartilhada por diversas entidades brasileiras.

Os principais objetos do SPED são: a uniformização das obrigações acessórias, geração e envio de documento eletrônico oficial com validade jurídica para todos os fins, redução de custos para os contribuintes e melhora de controle dos processos, diminuindo ilícitos tributários devido ao cruzamento de dados e auditoria eletrônica. (BRASIL, 2014).

De uma maneira geral o SPED consiste na modernização do cumprimento das obrigações, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributarias e órgãos fiscalizadores responsáveis. Para tal ato utilizam-se da certificação digital para a assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo, assim, validade jurídica. (BRASIL, 2014).

Observa-se na figura 1, as mudanças ocorridas na parte operacional em relação aos documentos impressos e ferramentas de trabalho com a evolução da tecnologia, em específico a implantação do SPED:

Figura 1 – Evolução tecnológica com SPED

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa

Constata-se assim, que por meio da tecnologia da informação, o Governo criou o sistema digital para melhorar as informações enviadas pelos contribuintes para os órgãos tributários.

Este sistema se divide em subsistemas: SPED fiscal - ICMS/IPI, Nota Fiscal Eletrônica, SPED contribuições - PIS/COFINS e ECD - Escrituração Contábil Digital.

2.2.1 EFD– ICMS/IPI

A Escrituração Fiscal Digital é uma das formas do SPED instituída pelo Governo Federal no ano de 2007.

Trata-se de um arquivo digital formado por um conjunto de escriturações de documentos fiscais e registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Por meio da base de dados, a empresa gerará um arquivo digital informando os documentos ficais e outros dados de interesses do fisco federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. O referido arquivo é submetido à validação através do Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo Sped. (BRASIL, 2014).

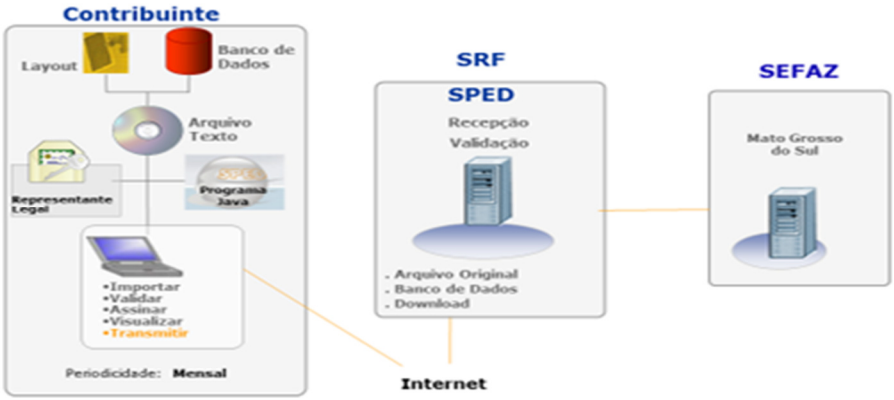
O SPED Fiscal substitui uma série de arquivos, tributos e livros fiscais por uma escrituração única. É um arquivo digital, que deve ser assinado digitalmente e transmitido, via internet, ao ambiente SPED. É regulado pelo convênio ICMS nº 146/2006 e protocolo ICMS nº 77/2008. (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Nota-se que todas as ações referentes à escrituração fiscal dependem da tecnologia da informação, comprovando assim que a informática atualmente é uma ferramenta fundamental para processar as informações relacionadas aos atos contábeis.

Começou a ser exigida em caráter de obrigatoriedade a partir de 2009, para os seguintes livros fiscais: registros de entradas, registros de saídas, registro de apuração do ICMS, registro de apuração do IPI e registro de inventário. (DUARTE, 2008).

A figura 2, demonstra o fluxograma referente as etapas da escrituração fiscal no SPED:

Figura 2: Etapas da Escrituração Fiscal Digital



Fonte: Cardoso (2009, p.8)

Duarte (2008) comenta que num futuro próximo será enviado somente dados eletrônicos ao contabilista, de forma que a EFD e ECD poderão ser geradas de forma íntegra e com informações importantes para gestão da empresa podendo decidir com maior base científica questões quanto a preços, prazos e custos.

2.2.2 ICMS e IPI

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está previsto no artigo 155 da Constituição Federal, cabendo a cada Estado e ao Distrito Federal instituí-lo. Já o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um imposto federal, ou seja, somente a União pode instituí-lo, e está previsto no artigo 153, IV da Constituição, a saber:

> Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:
> IV - produtos industrializados;
> Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
> (...)
> II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Em decorrência do sistema digital criado pelo governo, os referidos impostos passaram, a partir de 2007, a ser declarados por meio da Escrituração Digital. O Convênio ICMS nº 143/06 determina o seguinte:

> Cláusula primeira: Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

> Cláusula segunda: O arquivo deverá ser assinado digitalmente de acordo com as Normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil pelo contribuinte, por seu representante legal ou por quem a legislação indicar.
>
> Cláusula terceira: A Escrituração Fiscal Digital é de uso obrigatório para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
> § 1º O contribuinte poderá ser dispensado da obrigação estabelecida nesta cláusula, desde que a dispensa seja autorizada pelo fisco da unidade federada do contribuinte e pela Secretaria da Receita Federal.
> § 2º O contribuinte obrigado à EFD, a critério da unidade federada, fica dispensado das obrigações de entrega dos arquivos estabelecidos pelo Convênio ICMS 57/95.

Observa-se que por meio do sistema digital a escrituração e impressão dos Livros referentes aos impostos serão descartadas. O sistema instituído pelo governo visa promover a celeridade, uniformização e integração dos fiscos, reduzindo os custos proporcionando agilidade nas atividades.

2.2.3 Obrigações Acessórias ao ICMS - GIA e SINTEGRA

Recentemente, mais especificamente no mês de fevereiro de 2014, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul o Decreto nº 13.883 revogando o Decreto nº 9.991 de 2000 que obrigava os contribuintes a prestar informações por meio da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA) e por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA).

O Decreto nº 13.883/2014 estabelece o seguinte:

> Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a prestação de informações econômico-fiscais relativas a operações ou prestações, internas ou interestaduais, realizadas por contribuintes do ICMS.
> Art. 2º Ficam os contribuintes, em relação às operações e prestações ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2014, desobrigados da prestação de informações por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA), previsto no Convênio ICMS 78/97, de 25 de julho de 1997, e no Convênio ICMS 20/00, de 24 de março de 2000, normatizada pelo Decreto nº 9.991, de 2000, excetuados os casos previstos no art. 3º.
> Art. 3º O disposto no art. 2º deste Decreto:
> I - não dispensa os contribuintes da prestação das informações fiscais, na forma estabelecida no Decreto nº 9.991, de 2000, em relação aos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2014;

> II - não exclui:
> a) a responsabilidade por infração caracterizada pelo descumprimento de regras estabelecidas no Decreto nº 9.991, de 2000, relativamente a períodos anteriores a 1º de janeiro de 2014;
>
> b) a obrigatoriedade do envio, até o dia 15 de cada mês, às Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação ou Gerência da Receita Estadual das outras unidades da Federação destinatárias das mercadorias e prestações, dos arquivos magnéticos com os registros fiscais das operações e prestações interestaduais efetuadas no mês anterior, nos termos do disposto na cláusula oitava do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995;
>
> c) a responsabilidade pela guarda e conservação das informações prestadas nos termos do Decreto nº9.991, de 2000, pelo prazo previsto no art. 105 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº9.203, de 18 de setembro de 1998.

Cumpre observar que o novo regulamento foi instituído pelo governo estadual, sendo válido assim somente aos contribuintes do Estado de Mato Grosso do Sul.

Verifica-se que não são mais obrigados a prestar as informações por meio da GIA e SINTEGRA aqueles contribuintes que já utilizam o sistema de escrituração digital, pois este próprio mecanismo proporciona ao Governo Estadual obter todas as informações necessárias.

2.2.4 Nota Fiscal Eletrônica

A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e é um projeto criado pelo governo em decorrência do Sistema Digital. Está sendo desenvolvido de forma integrada pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2014)

A nota fiscal eletrônica foi o primeiro dos projetos de integração tributária e pode ser conceituada como:

> Documento de existência exclusiva digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte. (AZEVEDO; MARIANO,2009)

Trata-se de uma forma de facilitar as ações do contribuinte uma vez que há celeridade no acesso às informações, há a redução de impressões e melhoria no controle de fiscalização em busca de diminuição da sonegação.

A fim de emitir uma NF-e, a empresa deve credenciar-se junto a Secretaria de Fazenda e solicitar autorização para sua emissão, que será concedida nota a nota. Ela deve ser armazenada pelo contribuinte por no mínimo cinco anos. (DUARTE, 2008)

O documento que deve acompanhar a mercadoria em trânsito é denominado como DANFE (Documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) que consiste em representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, em papel comum e em via única. Conterá impressa, em

destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na Internet, e um código de barras bidimensional que facilitará a captura e a confirmação de informações da NF-e pelas unidades fiscais. (SEFAZ/MS ,2014)

Quando o destinatário não é um contribuinte credenciado na emissão da NF-e, o DANFE auxilia na escrituração das operações documentadas por NF-e. Outro dos objetivos do DANFE é obter a assinatura do destinatário para comprovar a entrega das mercadorias ou prestação de serviços (SEFAZ/MS,2014).

2.2.5 EFD- Contribuições - PIS/COFINS

Da mesma forma como ocorre na EFD-ICMS/IPI, foi instituída a escrituração fiscal digital das contribuições PIS e COFINS pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.052 de 5 de julho de 2010.

O sistema trata-se de um arquivo digital a ser usado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, para fins fiscais. Os documentos e operações da escrituração de receitas auferidas e de aquisições, custos, despesas e encargos, serão relacionados no arquivo da EFD-Contribuições em relação a cada estabelecimento da pessoa jurídica. (BRASIL, 2014)

Quanto à obrigatoriedade de usar o sistema digital das referidas contribuições a Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012 que prevê o seguinte:

> **Art. 4º** Ficam obrigadas a adotar e escriturar a EFD-Contribuições, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:
> I – em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à COFINS, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;
> II – em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à COFINS, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;
> III – em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à COFINS, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;
> IV – em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;
> V – em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos §§ 3º e 4º do art. 7º e nos incisos III a V do caput do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

Constata-se que, assim como a EFD-ICMS/IPI, a EFD-Contribuições tem como objetivo facilitar a forma de prestação das informações por parte dos contribuintes, tornando o procedimento mais célere além de melhorar a fiscalização no combate à sonegação.

2.2.6 ECD - Escrituração Contábil Digital

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. (BRASIL, 2014).

Duarte (2008) considera a Escrituração Contábil Digital (ECD) como pilar contábil do SPED e a conceitua como geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com layout padrão e assinado com certificado digital.

A ECD deverá ser submetida ao programa validador e assinador (PVA), especificamente desenvolvido para tal fim, disponível no site da RFB e deverá conter no mínimo as seguintes funcionalidades: validação do arquivo digital da escrituração, assinatura digital, visualização da escrituração, transmissão para o SPED e consulta à situação da escrituração. (AZEVEDO; MARIANO, 2009)

O sujeito passivo deverá informar, na ECD, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (BRASIL, 2014).

A ECD será transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) até o último dia útil do mês de setembro do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira.) (BRASIL, 2014).

Quanto à obrigatoriedade de usar o sistema digital a Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007 que prevê o seguinte:

> **Art. 3º** Ficam obrigadas a adotar a ECD, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007:
> I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real;
> I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real;
> (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009)

> II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.
> II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.
> (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009)
> § 1º Fica facultada a entrega da ECD às demais pessoas jurídicas não obrigadas nos termos do caput, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008.
> § 1º Fica facultada a entrega da ECD às demais sociedades empresárias.
> (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009)
> § 2º As declarações relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) exigidas das pessoas jurídicas que tenham apresentado a ECD, em relação ao mesmo período, serão simplificadas, com vistas a eliminar eventuais redundâncias de informação.

2.3 A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA SPED

Com o advento da implantação do SPED no meio contábil, obrigou os profissionais ligados com a escrituração fiscal e contábil das empresas a participar de várias palestras, seminários e buscar novos conhecimentos. Como era algo novo, os contadores tiveram que enfrentar várias adversidades e soluciona-las, onde essas mudanças não ficaram restritas apenas aos profissionais contábeis, mas também aos diretores e funcionários do TI.

O profissional contábil responsável pela escrituração fiscal e contábil que não se adequar à nova realidade do SPED tende a enfrentar muita dificuldade em se manter no mercado, por isso, há necessidade de maior ênfase na adequação desses profissionais.

Oda (2009b) expõe que foi realizada pesquisa quanto à adoção e implantação do SPED nas empresas para atender as principais dificuldades e fornecer contribuição para avaliação do projeto onde percebeu que faltam consultores especializados no mercado, verificou também que a crise financeira influenciou nos investimentos efetuados.

Define-se ainda, que o SPED traz uma mudança cultural nos processos internos e que deve haver uma mudança e desenvolvimento dos sistemas internos e ferramentas de trabalho.

O profissional contábil responsável pela escrituração fiscal e contábil é a peça chave para o sucesso de todo o processo, haja vista que possui habilidades de análise, síntese, comunicação interpessoal e atento a legislação, aliado ao profissional de TI para implantação do SPED. O contabilista teve que assumir o controle do processo e conduzir a equipe do TI para implantar e parametrizar os aplicativos conforme as necessidades da área fiscal. Este novo profissional deverá ter conhecimentos não só da contabilidade e apurações de impostos em si, como também uma boa base de conhecimentos em informática, pois o Contador passou a ser mais exigido e aquele que não fizer o uso de TI estará propício ao fracasso. Llarino (2010).

Llarino (2010) fala em seu estudo sobre os impactos na implantação do SPED de uma empresa X que: o conhecimento mais falho encontrado no profissional contábil e que causa mais dificuldades, é o tecnológico. A contabilidade hoje é extremamente dependente da área de TI, pois tudo que precisa realizar depende de um bom relacionamento dos Sistemas: internet, aplicativos, downloads, etc. Muitas vezes esta dependência interfere na produtividade, pois para a solução da maioria dos problemas da contabilidade tem que aguardar a disponibilidade dos funcionários do TI.

Portanto com esses fatos, pode-se afirmar que a Contabilidade e a Tecnologia da Informação estão diretamente ligadas, e são importantes ferramentas que auxiliam o trabalho do profissional contábil, fornecendo maior segurança nas informações e nas tomadas de decisões. Outro ponto importante é a questão do conhecimento dos recursos de tecnologia no atual cenário em que vive a Contabilidade e consequentemente o profissional da área fiscal. É importante o desenvolvimento de habilidades destes recursos pelos profissionais, pois o mercado está cada vez mais exigente, impondo constante atualização de conhecimentos. Hoje o profissional contábil é totalmente refém da tecnologia, e não pode mais ficar preso a ferramentas de trabalho ultrapassadas e pensamentos "antigos". Llarino (2010).

2.4 OS IMPACTOS GERADOS

Os principais impactos evidenciados com a implantação do SPED compreendem a capacitação profissional, planejamento tributário devido a maior exposição fiscal, organização e revisão de processos contábeis administrativos e logísticos, integração eletrônica de informações fiscais e logísticas juntamente com o TI. (LLARINO, 2010)

A escrituração digital obriga o contribuinte a informar suas operações de forma mais detalhada ao fisco, ao contrário da forma que realiza a escrituração fiscal nos livros fiscais, porque estes contemplam os dados totais dos documentos fiscais. Ou seja, o profissional responsável pela escrituração terá que observar vários parâmetros de registro de dados para alimentação do sistema SPED.

Para LLARINO (2010) as principais áreas envolvidas com a implantação do SPED foram a Contabilidade, Tecnologia da Informação e Logística (compras/vendas). Todas estas áreas tiveram impactos diretos em seus processos: a Contabilidade teve que rever informações como cadastros de materiais, CFOP (código fiscal de operações e prestações) das transações, classificações fiscais e forma (NCM/CST/TIPO DE DOC) e prazos de apuração dos tributos; a área de TI teve que rever seus processos de back-up, disponibilização de internet eficiente, troca de equipamentos antigos e treinamentos para as novas tecnologias; a área de logística teve que alterar seus processos para emissão e recebimento de notas fiscais procurando corrigir e complementar informações necessárias para a geração dos arquivos digitais.

2.5 OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS

Para Oda (2009c), entre os benefícios do novo sistema, está a simplificação do processo, onde não será mais necessário imprimir e armazenar livros contábeis e fiscais, que passam a ser eletrônicos assim como a autenticação que era feita presencialmente na Juntas Comerciais.

O SPED ocasionou muitos desafios e oportunidades aos profissionais contábeis e empresas. A implantação desse sistema tornaram-se uma vantagem competitiva, fazendo com que os profissionais busquem mais conhecimentos e qualificação valorizando ainda mais a profissão. O uso dos recursos tecnológicos agrega mais competitividade aos negócios e auxilia os cliente na tomada de decisões.

Duarte (2009), participante do projeto piloto, comenta que obteve ganhos de produtividade nos processos logísticos, fiscais e contábeis e também que obteve uma economia real no custo de impressão e despachos das notas fiscais.

Houve também uma melhora na atualização de cadastro de materiais, fornecedores e clientes gerando maior qualidade da informação.

O ganho que o sistema proporcionou aos contribuintes provocou a melhora na qualidade das informações repassadas, tornando o arquivo mais confiável em comparação com o papel. A empresa passa a ter certeza de que a contabilidade é feita seguindo requisitos mínimos dessa ciência.

2.6 AS DESVANTAGENS

Com o processo de implantação do SPED trouxe também algumas desvantagens, pois as empresas tiveram que realizar mudanças significativas em sua cultura, estrutura organizacional, processos, investimentos em tecnologia da informação e capacitação de seus profissionais.

Para Vergineli (2009), o principal desafio para as empresas que já começaram a ingressar no mundo da burocracia digitalizada é conciliar informação atual com as antigas, onde o contribuinte deve ficar atento à sincronização dos dados.

Duarte (2009), cita a guarda e recuperação dos arquivos digitais e a integridade e coerência das informações de faturamento, fiscais e contábeis como uma dificuldade na utilização do sistema.

Como fatores de desvantagens podemos citar a altíssima dependência da área de tecnologia de informação e aumento considerável dos custos de aquisição de equipamentos de informática mais potentes e com maior capacidade de armazenagem, aquisição de novos softwares para a geração de arquivos e contratação permanente de consultores e auditores para conferir a enorme quantidade de informações digitais geradas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho utilizou-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e exploratória. Rampazzo (2002), explica:

> A pesquisa é chamada de "documental" porque procura os documentos de fonte primária, a saber, os "dados primários" provenientes de órgãos que realizaram as observações. Esses "dados primários" podem ser encontrados em arquivos, fontes estatísticas e fontes não escritas.
> Os arquivos, por sua vez, podem ser públicos e particulares. E os arquivos públicos podem ser nacionais, estaduais e municipais.
> (...)
> A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc.). Pode ser realizada independentemente, ou como parte de outros tipos de pesquisa. (51-3)

Já Gil (2008), explica:

> A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos de ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (pag. 27)

Para a elaboração do trabalho foram utilizadas fontes documentais, como normas federais e estaduais. Também foram utilizados livros e artigos sobre o assunto estudado, sendo a internet o maior de fonte de pesquisa.

Utilizou-se também uma pesquisa de caráter exploratória quantitativa e qualitativa através de questionário.

Lima (2009), descreve:

> A pesquisa quantitativa - Considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e técnicas estatísticas (porcentagem, média, mediana, desvio-padrão, coeficientes de correlação, análise de regressão, etc.).
>
> A pesquisa qualitativa - envolve ouvir as pessoas, o que elas têm a dizer, explorando suas ideias e preocupações sobre determinado assunto, analisa os temas em seu cenário natural, buscando interpretá-los em termos do significado assumido pelos indivíduos. Para isso, utiliza se uma abordagem holística que preserva a complexidade do comportamento humano.

3.2 TIPO DE PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM

Quanto à abordagem trata-se de uma pesquisa de dados primários e secundários. Gil (1999) esclarece que os dados primários são aqueles que não receberam qualquer forma de análise, como por exemplo, documentos oficiais. Já os dados secundários são aqueles que de alguma forma foram analisados ou retirados de outras referências, publicações.

3.3 INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

A análise documental é feita por meio de coleta de dados restritos a documentos, escritos ou não. Podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI; LAKATOS,2006, p. 176).

A pesquisa descritiva apresenta uma realidade da forma como é, interpretando-a por meio da observação, registro e analise dos fatos ou fenômenos. (FONSECA, 2009).

A pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, a cerca de determinado fato. (Gil, 2008).

> Segundo Gil (2008), "utiliza-se o ambiente natural para coleta de dados, onde se pode analisar mais profundamente o fenômeno estudado."

A presente pesquisa exploratória foi elaborada através de questionário por conveniência e aplicado em sua maioria via e-mail aos profissionais contadores de 15 empresas da cidade de Dourados – MS que possui contabilidade centralizada (própria) na mesma. A pesquisa ficou limitada a esse número e teve como fator de dificuldade a falta de bases referenciais de dados para consulta. Por esse motivo não houve uma abrangência maior de empresas para pesquisa. O questionário foi elaborado com ênfase nos objetivos específicos deste trabalho e aplicado no mês de maio de 2015.

Gil, (2008) descreve que:

> Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em questões específicas. As respostas irão proporcionar dados ao pesquisador para descrever as características da população pesquisa.

Sobre a pesquisa por conveniência, Machado, (2012) descreve que:

> **Na pesquisa por conveniência,** o pesquisador simplesmente se utiliza dos elementos mais disponíveis da população. Um exemplo clássico são as famosas enquetes em sites especializados na Internet: geralmente o autor envia convites via e-mail, Twitter ou outra rede social e os interessados se disponibilizam a respondê-la.

Para demonstrar os dados colhidos, foi utilizado procedimento matemático simples de amostragem. Para uma melhor compreensão e visualização dos resultados encontrados, suprimindo as casas decimais sem prejudicar os resultados obtidos.

> Amostragem simples trata-se do método mais elementar e frequentemente utilizado. Nesse processo de amostragem, assim como em outros métodos probabilísticos, é assegurado que todos os elementos do universo tenham a mesma possibilidade de serem considerados. (FONSECA, 1996).

Sobre o questionário, o mesmo foi dividido em 2 partes, onde na 1º parte foi composto de 4 questões sobre o âmbito empresarial para evidenciar informações da empresa e dos respondentes, com o intuito de classificar o porte da empresa (Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES) conforme quadro 1 e atividade desenvolvida (Receita Federal do Brasil), tempo de trabalho e grau de instrução dos respondentes.

Quadro 1 - Classificação do porte de empresa adotada pelo BNDES

Classificação	**Receita operacional bruta anual**
Microempresa	Menor ou igual a R$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R$ 2,4 milhões e menor ou igual a R$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R$ 16 milhões e menor ou igual a R$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R$ 90 milhões e menor ou igual a R$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R$ 300 milhões

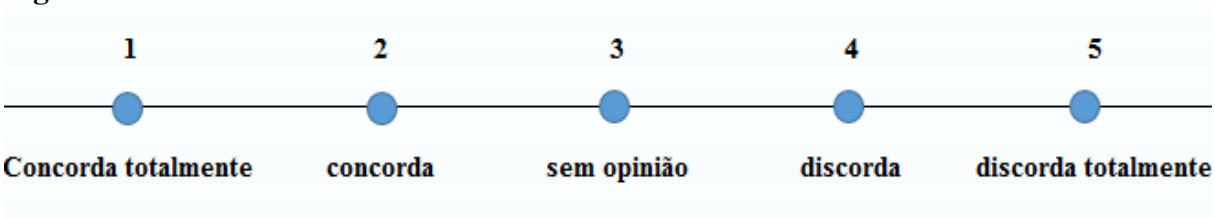
Fonte: Classificação do porte das empresas definida nas circulares nº 11/2010 e 34/2011 BNDES (2015).

Já na 2º parte do questionário foi elaborado 12 questões com o intuito de comprovar a influência da tecnologia, o processo de implantação, os impactos provocados, os benefícios, as vantagens e desvantagens do SPED.

Nesta segunda parte foi utilizado questões mistas (abertas e fechadas) e escala de Likert de concordância para as questões 6 e 11.

A escala de Likert apresenta uma série de cinco preposições, das quais o inquirido deve selecionar uma, podendo estas ser: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente. É efetuada uma cotação das respostas que varia de modo consecutivo: utilizando pontuações de 1 a 5, conforme figura 3. Neste sentido foi considerado o nível 1 e 2 para afirmar as respostas. Os dados foram organizados e analisados, apresentando os resultados alcançados com a realização da pesquisa.

Figura 3 – Escala de likert



Fonte: Elaborado pelo do autor (2015).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa aplicada através de questionário foi dividida em 2 partes: a 1º parte com questões sobre o âmbito empresarial e a 2º parte sobre o âmbito fiscal e contábil com ênfase nos objetivos específicos do trabalho onde foi possível definir e analisar os seguintes resultados:

4.1 DADOS EMPRESARIAL

Foram entrevistados 15 profissionais contadores responsáveis pelo SPED de 15 empresas que possuem contabilidade própria na cidade de Dourados-MS. Onde foi evidenciado o porte e atividade das empresas e em ralação as respondentes foi evidenciado o grau de instrução e tempo de trabalho da área fiscal e contábil como são mostrados à seguir:

Com os resultados da pesquisa de campo, no quesito porte da empresa, conforme faturamento (BNDES), constatou-se que 13%(treze) são pequena empresa, 27%(vinte e sete) média-grande empresa e outros 60%(sessenta) grande empresa, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Porte da Empresa

Porte da empresa	Quantidade de empresas	%
Micro empresa	0	0%
Pequena empresa	2	13%
Média empresa	0	0%
Média – grande empresa	4	27%
Grande empresa	9	60%
Total	**15**	**100%**

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Contatou-se também o campo de atuação das empresas, sendo a grande maioria exercendo a atividade de comércio com 60%(sessenta) das pesquisadas, 27% (vinte e sete) indústria e 13%(treze) que exercem a atividade de serviços, conforme tabela 2:

Tabela 2 – Atividade da Empresa

Atividade da empresa	Quantidade de empresas	%
Industria	4	27%
Comércio	9	60%
Serviço	2	13%
Total	**15**	**100%**

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Sobre o grau de instrução dos respondentes foi verificado que todos possuem bacharel em ciências contábeis, sendo 20% deles possuem uma especialização.

Sobre o tempo de trabalho na área fiscal e contábil pode ser constatado na tabela 3 à seguir:

Tabela 3 – Tempo de trabalho na área contábil e fiscal

Curso	Quantidade de respondentes	%
De 0 a 3 anos	2	13%
De 4 a 6 anos	2	13%
De 7 a 9 anos	5	33%
Mais de 9 anos	6	40%
Total	**15**	**100%**

Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Podemos observar na tabela 3 o tempo de trabalho dos profissionais contadores na área contábil e fiscal, onde foi considerado as seguintes variáveis: de 0 a 3 anos, de 4 a 6 anos, de 7 a 9 anos e de 9 anos em diante, sendo possível afirmar que 73% dos profissionais trabalham a mais de 7 anos na área contábil e fiscal tornando as respostas do questionário mais precisas e qualificadas.

4.2 DADOS ÂMBITO CONTÁBIL E FISCAL

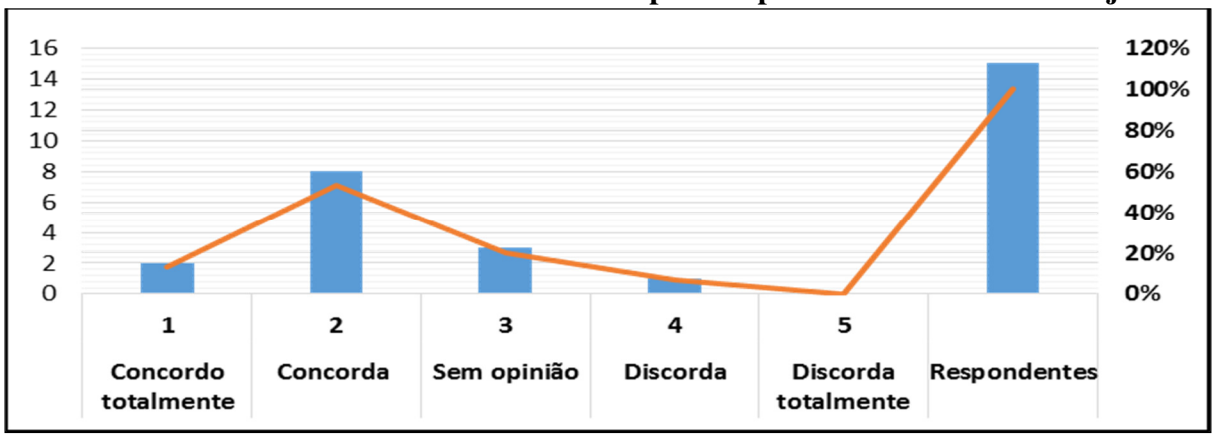
Nesta segunda parte do questionário apresenta os resultados encontrados com as questões relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa.

4.2.1 A Influência do Desenvolvimento Tecnológico na Contabilidade

Sobre o desenvolvimento tecnológico na contabilidade foi colocado algumas variáveis como possíveis respostas perante o ponto chave na melhora nas formas de escrituração, sendo que 87% dos respondentes escolheram a diminuição das tarefas manuais como fator principal, seguido de fornecimento de informações com rapidez e precisão com 73% e o facilitador dos trabalhos contábeis, atuação com rapidez e segurança nos processos, evitando erros e contribuindo para eficácia.

Ainda sobre o desenvolvimento tecnológico foi colocado para os respondentes se o conhecimento de tecnologia de informação é fundamental para o profissional contador nos dias de hoje. Foi utilizado o método de análise pela escala de likert para verificar o grau de concordância das respostas, sendo o nível 1 e 2 utilizados como critério de afirmação. Segue gráfico 1 com dados levantados:

Gráfico 1 - Conhecimento de TI é fundamental para os profissionais contábeis hoje?



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Como pode ser observado no gráfico 1, a grande maioria dos respondentes concordam que hoje em dia o conhecimento de TI é fundamental para o profissional contador possa exercer sua profissão.

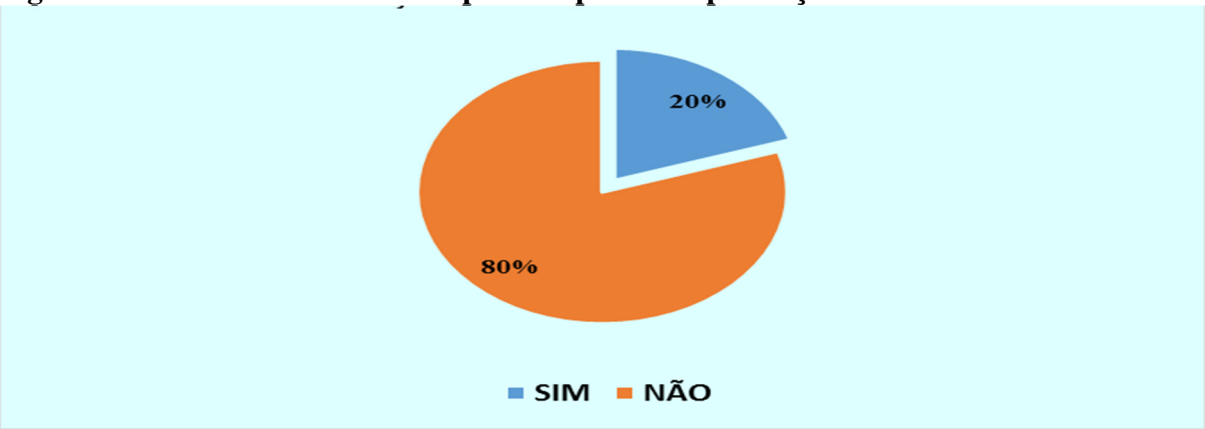
Neste contexto, as informações de Primak, (2009) são relevantes onde ele retrata que "o profissional, além de formação técnica, necessita atentar-se quanto as inovações tecnológicas que possam ser usadas em sua função. Assim, as mudanças no perfil do profissional tornam-se inevitáveis. "

Sobre o SPED, ainda relacionado sobre o conhecimento de TI, foi perguntado se é possível o profissional contábil atender a todas essas obrigações sem conhecimento dos componentes básicos da informática (softwares e hardwares)? Nesta pergunta as respostas foram bem contundentes, onde 80% dos respondentes disseram que não é possível atender as obrigações relacionadas ao SPED.

4.2.2 A Implantação do SPED

Sobre o processo de implantação foi perguntado se a empresa contratou assessoria específica para ajudar no processo. 80% dos entrevistados disseram que não, para apenas 20%, que sim. Para os que responderam que sim, foi perguntado se foi atendido e solucionadas todas as dúvidas. Onde todos disseram que não, sendo uma resposta com a afirmativa de que nem a assessoria contratada no início deu conta de assessora-los, apenas com o passar do tempo que os problemas foram solucionados. A seguir a figura 4 mostras quantitativamente as respostas:

Figura 4 - Contratou assessoria específica para a implantação do SPED?



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

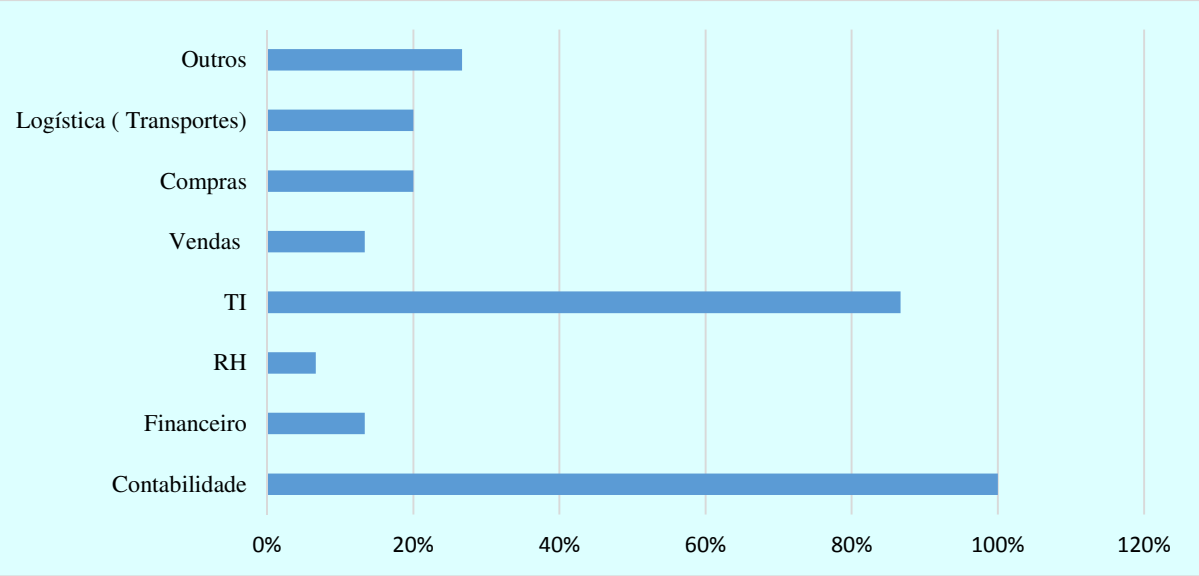
Essa afirmativa vai de encontro com a pesquisa realizada por Oda (2009b), "quanto a adoção e implantação do SPED nas empresas para atender as principais dificuldades e fornecer contribuição para avaliação do projeto, onde percebeu que faltam consultores especializados no mercado".

Ainda sobre a implantação foi perguntado se os profissionais contadores que trabalham diretamente com tributos foram treinados com a participação em cursos, palestras e seminários para poderem implantar o SPED.

Nesta questão as respostas ficaram um pouco divididas, sendo que, 53% responderam que não foram treinados com cursos, palestras e seminários para implantar os SPED.

Outro ponto importante do questionário foi verificar quais departamentos tiveram maior participação com o processo de implantação do SPED. No gráfico 2 a seguir mostra os principais departamentos envolvidos:

Gráfico 2 - Principais departamentos envolvidos com a implantação.



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Como era de se esperar o departamento contábil e de tecnologia da informação foram os que mais tiveram participação na implantação, pois há necessidade de troca informações da parte contábil com o sistema informatizado. Com o sistema informatizado, o departamento contábil se torna muito mais dependente da área de TI.

Portanto podemos afirmar que estes 2 departamentos estão diretamente ligados. Outro ponto relevante, foi a alternativa de escolha aberta, onde poderia escolher outros departamentos, sendo verificado a escolha do setor de cadastro de materiais e fiscal.

4.2.3 Os Impactos Causados

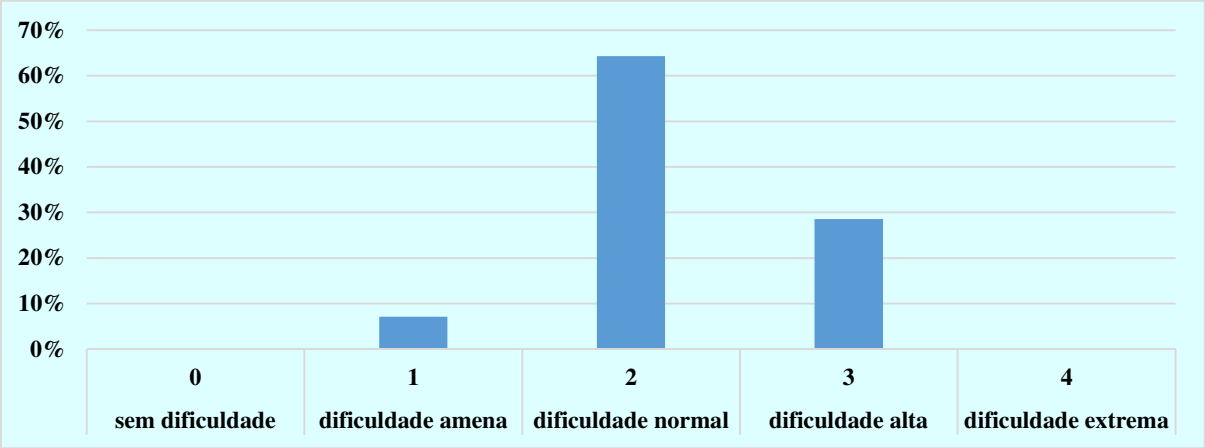
Este trabalho está voltado diretamente para os impactos provocados com a implantação do SPED, neste sentido foi levantado algumas questões para evidenciar e justificar estes fatos.

Em termos de complexidade com os impactos causados com a implantação do SPED, foram colocados algumas afirmativas com base de fontes de autores citados na revisão teórica como segue: aumento dos trabalhos de cadastro e parametrização dos registro fiscais; prazo curto para cumprir as obrigações acessórias do sistema; aumento das exigências com relação as leis mais difíceis de serem interpretadas; mais exigências em termos de controles internos e externos por parte do fisco.

Foi feito a seguinte pergunta para os respondentes: O senhor considera qual nível em relação a dificuldade encontrada para implantação do SPED?

A maioria dos respondentes acharam o nível de dificuldade normal com 64% das respostas, seguido de 29% que acharam o nível de dificuldade alta. O gráfico 3 a seguir demonstra essas respostas concretas:

Gráfico 3. Nível de dificuldade com implantação do SPED



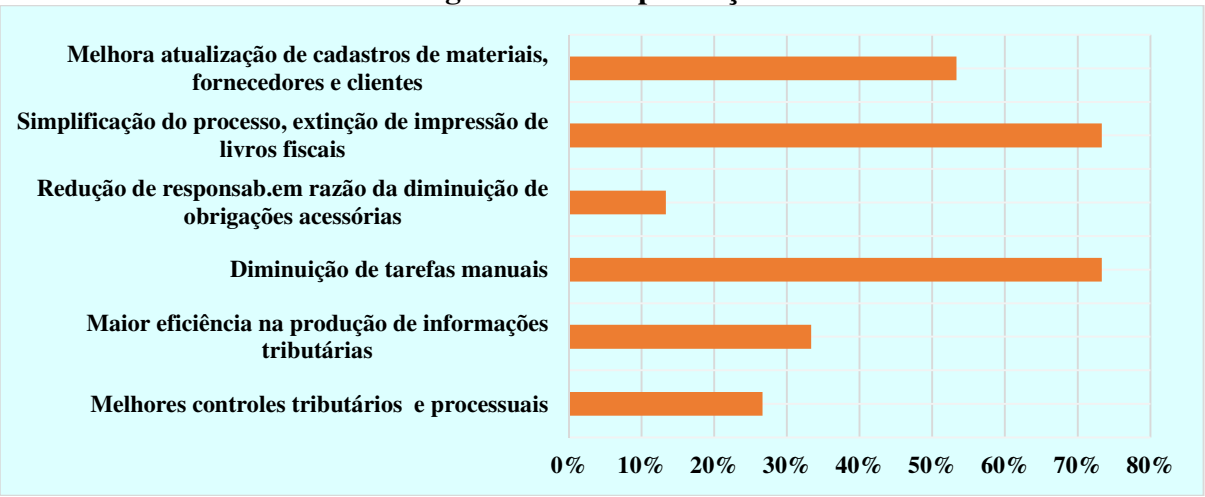
Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Perante as principais dificuldades encontradas para implantação do SPED foi disponibilizado 8 alternativas de múltipla escolha, das quais poderia se escolher até 3 respostas para justificar o problema. Onde podemos destacar como fator de dificuldade dentre as respostas: equipe administrativa sem competência para produção das informações exigidas, falta de profissionais preparados na tecnologia da informação e legislação sem clareza.

4.2.4 Os Benefícios e Vantagens

Como benefícios e vantagens com a implantação do sistema temos as seguintes respostas no gráfico 4:

Gráfico 4 – Os benefícios e vantagens com a implantação do SPED



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Dentre os benefícios gerados, podemos destacar a simplificação do processo, extinção de impressão de livros fiscais e diminuição de tarefas manuais, 73% dos respondentes apontaram esses benefícios. Outro fator relevante apontado é a melhora na atualização de cadastros de materiais, fornecedores e clientes com 53% das respostas.

Estes benefícios e vantagens também já foram mencionados neste trabalho por Oda (2009c) e Duarte (2009).

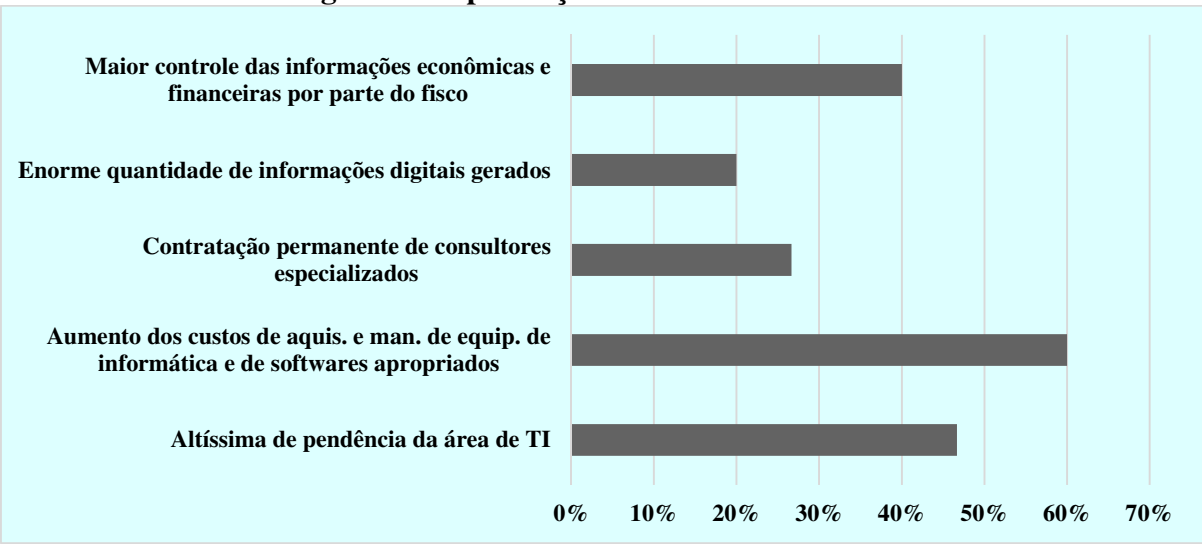
Há de destacar também, a melhora na atualização de cadastro de materiais, fornecedores e clientes ocasionando maior qualidade das informações a serem geradas podendo até ser usadas para fins gerenciais.

4.2.5 As Desvantagens

É de consentimento da grande maioria dos respondentes que o SPED gerou mais benefícios e vantagens, do que desvantagens. Mas também houve desvantagens, onde podemos citar o aumento dos custos de aquisição e manutenção de equipamentos de informática e de softwares. Outro fator citado foi o maior controle das informações econômicas e financeiras por parte do fisco e a altíssima dependência do departamento de TI.

Essas afirmações se encontram demonstradas no gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 - As desvantagens da implantação do SPED



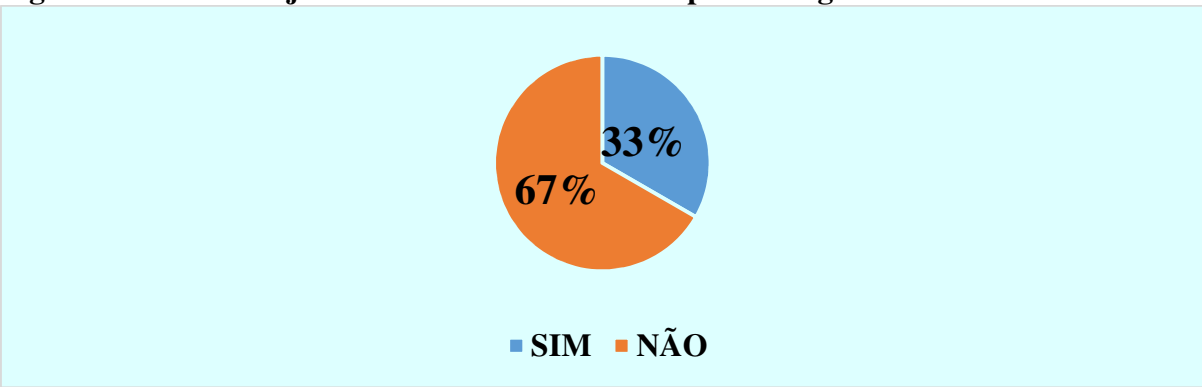
Fonte: Pesquisa do autor (2015).

4.2.6 SPED para fins gerências

Foi perguntado se o SPED ajudou os profissionais contadores nos processos gerenciais que auxiliaram nas tomadas de decisões dentro das empresas?

Destes 67% responderam não. Para quem respondeu que não, foi feito uma pergunta se o SPED somente objetiva a legalização (atendimento das obrigações acessórias) com o fisco e declaração de crédito tributário? Onde a resposta foi unânime, onde todos responderam que sim. Segue resultados das respostas na figura 5:

Figura 5 – O SPED ajudou na tomada de decisões para fins gerenciais?



Fonte: Pesquisa do autor (2015).

Foi perguntado também se SPED poderá reduzir as sonegações tributárias que tanto são focados pelos órgãos arrecadadores? Nesta pergunta foi de consentimento de todos que o SPED reduzirá sim, as sonegações tributárias.

Hoje com SPED os agentes fiscalizadores têm acesso de todas as informações das movimentações de mercadorias e serviços, ficando muito difícil de omissão fatos que incidem impostos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade passou por importantes transformações no decorrer dos anos. Com o surgimento e o desenvolvimento de novas tecnologias os profissionais da área contábil precisaram adaptar-se às novas exigências do mercado. O surgimento da tecnologia de informação provocou grandes alterações em diversos setores, principalmente na Contabilidade.

Como esta ciência atua com um grande número de informações que a todo o momento necessitam ser atualizadas, houve a necessidade de um sistema capaz de acompanhar todas as movimentações diárias.

Desse modo o governo federal instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital usado tanto no setor contábil quanto pelos agentes fiscalizadores. Observou-se que, por meio desse novo sistema, os contribuintes podem prestar as informações necessárias de forma rápida e segura.

As informações passadas aos órgãos fiscalizadores que, antes do novo sistema, eram feitas de forma mecânica, complexa e exigiam determinado tempo dos contribuintes, agora podem ser feitas pelo meio eletrônico, em instantes, com toda a segurança e validade jurídica.

Foi possível constatar que o SPED teve como objetivo não apenas facilitar as ações dos contribuintes, mas principalmente, diminuir a incidência de sonegação com uma fiscalização mais efetiva. Além disso, por tratar-se de um sistema digital há uma significativa redução nos custos, pois elimina-se o uso do papel, simplificando-se as obrigações.

Verifica-se, portanto, que o SPED ocasionou benefícios tanto para o governo quanto para as empresas e contribuintes. As rotinas relacionadas ao fisco, como prestação de informações dos impostos e registros contábeis, dentre outras, tornaram-se uniformes e céleres, melhorando, assim, a qualidade das informações.

Percebeu-se na visão dos respondentes que eles e as empresas não estavam preparados com os impactos causados com a implantação do SPED. Entre esses impactos, podemos citar a altíssima dependência da área de tecnologia de informação e aumento considerável dos custos de aquisição de equipamentos de informática mais potentes e com maior capacidade de armazenagem, aquisição de novos softwares para a geração de arquivos e contratação permanente de consultores e auditores para conferir a enorme quantidade de informações digitais geradas.

Mas mesmo, com essas adversidades, os profissionais contábeis se adequaram e buscaram soluções para solucionar as dúvidas e problemas ocasionados com a implantação do SPED.

Foi possível concluir então que ao inúmeros impactos causados pelo SPED fazem com que a profissão dos contadores seja mais valorizada, haja vista que, não será qualquer profissional que irá cumprir com todas as normas e regulamentações que são exigidas no sistema público de escrituração digital.

Como contribuição, essa pesquisa possibilita aos profissionais contábeis, uma visão geral do SPED, como modo de implantação, benefícios e vantagens com registros digitais, fazendo com que desperte o interesse de buscar aperfeiçoamento técnico profissional sobre o assunto.

6. REFEERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. In: **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 22 junho 2014.

CARDOSO, Ricardo L. **SPED Contábil e Fiscal:** Os desafios da implementação, uma abordagem prática. Disponível em: http://www.iobsoluções.com.br/pdf/consulcap_CIESP.pdf > Acesso em 03 de novembro 2014.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**, [versão eletrônica], 2009. Disponível em: http://www.robertodiasduarte.com.br/files/bbf3-v1.01s.pdf Acesso em 05 maio 2014.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTO, Maristela. Sped Contábil, o novo paradigma.In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Editada pelo CFC, ano XXXXVII.n.170. Mar.Abr.2008

GONÇALVES, Rosana C.M Grillo; RICCIO, Edson Luiz. **Sistemas de informação**: ênfase em controladoria e contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

GREGO, Marisa apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.149. Disponível em: http://marisagrego.blogpot.com/2009/06/evolucao-da-tecnologia-da-informacao.html. Acesso em 12 de Abril de 2014

LIKERT, Rensis (1932), "A Technique for the Measurement of Attitudes", *Archives of Psychology* **140**: pp. 1-55

LLARINO, Samara. E-civitas Revista Ciêntifica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol.III, n.1,julho-2010.Disponível em http:www.unibh.br/revistas/ecivitas/ Acesso em: 03 Novembro 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, André. **Tipos de Amostragem 1: Amostragem não probabilística**. Disponível em:http://www.andremachado.org/artigos/815/tipos-de-amostragem-1-amostragem-nao-probabilistica.html > Acesso em 19 de dezembro 2014.

ODA, Carlos Sussumu. **Fisco amplia vigilância digital sobre as empresas**. Portal da Classe Contábil.[S.1.].(2009c).Disponível em http:www.classecontabil.com.br/v3/noticias/ver/12879 Acesso em: 16 Outubro 2014.

ODA, Carlos Sussumu. A hora do leão. In: **Document Management**. Ano 3. n.12. julho, ed. Guia. (2009b)

OLIVEIRA, Antonio Sérgio de. **SPED no Escritório Contábil - Manual do Contador**. São Paulo: ÔnixJur, 2011.

PRIMAK, Fábio Vinicius. **Infortabilidade: a contabilidade na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2009.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 2002.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: http://www1.receita.fazenda.gov.br/Acesso em 29 abril 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Convênio ICMS 143/06**. Disponível em: http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm Acesso em 10 junho 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm Acesso em 21 maio 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.** Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2012/in12522012.htm Acesso em 09 junho 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 13.883, de 12 de fevereiro de 2014**. Disponível em: http://www.sintegra.gov.br/ Acesso em 20 junho 2014.

VERGINELI, Carolina. **SPED – Vigilância Eletrônica nas Empresas. Tactos Gestão Contábil**. São Paulo (2009). Disponível em http:www.tactus.com.br/?p=1310. Acesso em: 03 Novembro 2014.

VARELETTO, Gerson. A temática tributária na formação dos bacharéis em ciências contábeis. Curitiba. (2010). Disponível em http://www.ppgcontabilidade.ufpr/system/files/Documentos/Dissertacoes/D26.pdf Acesso em 18 Novembro 2014.

WERTHEN, Jorge - **Novas Tecnologias e a Comunicação Democratizando a Informação**, UNESCO, 2004. Disponível em: http://www.qprocura.com.br/dp/60454/Novas-Tecnologias-e-a-Comunicacao-Democratizando-a-Informacao.html. Acesso em 12 de Abril de 2014.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte de dados da pesquisa: **Os impactos provocados nas empresas com a implantação do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**, sob responsabilidade do acadêmico David Fernando da Veiga, sob orientação do Prof. Manfredo Rode, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Para participar você deve ser **o responsável pela escrituração digital da empresa (SPED)**.

Observação: Independente da resposta, o (a) Sr (a) não será identificado (a) e as questões serão analisadas em conjunto com as dos demais participantes.

QUESTIONÁRIO

DADOS EMPRESARIAL

1- Qual o enquadramento da empresa?

( ) Microempresa- ME

( ) Pequena Empresa

( ) Média Empresa

( ) Média-grande empresa

( ) Grande Empresa

2- Qual o campo de atuação da empresa?

( ) Comércio

( ) Industria

( ) Serviços.

3- Grau de Instrução

( ) Ensino fundamental

( ) Ensino Médio

( ) Ensino superior cursando. Qual curso?

( ) Ensino superior completo. Qual curso?

( ) Pós graduação. Qual curso?

4- Tempo de trabalho na área fiscal e contábil

( ) de 0 a 3 anos

( ) de 4 a 6 anos

( ) de 7 a 9 anos

( ) mais de 9 anos

DADOS FISCAL E CONTÁBIL

5- Perante a influência do desenvolvimento tecnológico na contabilidade, marque até 3 alternativas a seguir que você considera como ponto chave para a melhora nas formas de escrituração:

A ( ) Fornecimento de informações com rapidez e precisão .

B ( ) Geração de informações capazes de fornecer relatórios, planilhas e gráficos precisos e no momento em que se fazem necessários.

C ( ) Facilitador dos trabalhos contábeis, atuação com rapidez e segurança nos processos, evitando erros e contribuindo para eficácia.

D ( ) Diminuição das tarefas manuais

E ( ) Maior controle da apuração dos impostos.

F ( ) outros (especifique).....

6- Sobre o desenvolvimento tecnológico: O conhecimento de TI (tecnologia de informação) é fundamental para o profissional contábil nos dias de hoje.

( ) concorda totalmente ( ) concorda ( ) sem opinião ( ) discorda ( ) discorda totalmente

7- Sobre o SPED, é possível o profissional contábil atender a todas a essas obrigações sem conhecimento dos componentes básicos da informática (softwares e hardwares)?

( ) sim

( ) não

8- A sua empresa para implantar o sistema SPED contratou assessoria específica?

( ) sim

( ) não

Se a reposta foi sim, responda: Foi atendido e solucionadas todas as dúvidas referente ao SPED?

R:

---

9 - Você e sua equipe que exerce funções diretas com controle de tributos foram treinados com a participação em cursos, palestras e seminários para poderem implantar o SPED?

( ) sim

( ) não

Se sua resposta foi sim, responda: Quais (cursos, palestras e seminários) você e os profissionais de sua equipe realizaram para poderem implantar o sistema SPED?

R:

10- Os principais departamentos de sua empresa envolvidos com a implantação do SPED foram: (escolha três das alternativas a seguir)

A ( ) Contabilidade

B ( ) Financeiro

C ( ) Departamento de Recursos Humanos

D ( ) Tecnologia da Informação

E ( ) Vendas

F ( ) Compras

G ( ) Logística (Transportes)

H ( ) Outros (Especifique).....

11- Em termos de complexidade com os impactos causados com a implantação do SPED, tendo como base as afirmativas a seguir: Aumento dos trabalhos de cadastro e parametrização dos registro fiscais; prazo curto para cumprir as obrigações acessórias do sistema; aumento das exigências com relação as leis mais difíceis de serem interpretadas; mais exigências em termos de controles internos e externos por parte do fisco. O senhor considera qual nível, entre as opções abaixo, com relação a dificuldade encontrada?

( ) sem dificuldade ( ) dificuldade amena ( ) dificuldade normal

( ) dificuldade alta ( ) dificuldade extrema

12- As principais dificuldades encontradas para a implantação do SPED em sua organização foram: (escolha três das alternativas a seguir)

A ( ) Legislação sem clareza

B ( ) Softwares despreparados para atendimento das exigências do Sistema SPED

C ( ) Falta de profissionais preparados na TI

D ( ) Falta de profissionais contadores preparados para assessorá-lo

E ( ) Indisponibilidade de informações internas nas organizações

F ( ) Equipe administrativa sem competência para produção das informações exigidas

G ( ) Desorganização administrativa na organização

H ( ) Outras (especifique).....

13- Na sua opinião quais foram os benefícios e/ou vantagens geradas com a implantação do SPED? (Escolha a quantidade de alternativas que seja entendido como verdadeira)

( ) Melhores controles tributários e processuais

( ) Maior eficiência na produção de informações tributárias

( ) Diminuição de tarefas manuais

( ) Redução de responsabilidades em razão da diminuição de obrigações acessórias

( ) Simplificação do processo, onde não é mais necessário imprimir livros fiscais

( ) Melhora na atualização de cadastros de materiais, fornecedores e clientes para melhor qualidade das informações

14- E quais foram as desvantagens? (Escolha a quantidade de alternativas que seja entendido como verdadeira)

( ) Altíssima de pendência da área de TI

( ) Aumento dos custos de aquisição e manutenção de equipamentos de informática e de softwares apropriados

( ) Contratação permanente de consultores especializados

( ) Enorme quantidade de informações digitais gerados

( ) Maior controle das informações econômicas e financeiras por parte do fisco

15- Na sua opinião, o SPED ajudou os profissionais contadores nos processos gerenciais que auxiliaram nas tomadas de decisões dentro das empresas?

( ) Sim

( ) Não

Sendo **NÃO** a sua resposta a esta questão, pode-se considerar que o SPED somente objetiva a legalização (atendimento das obrigações acessórias) com o fisco e declaração de crédito tributário?

R:

_____

_____

_____

16- O (a) senhor (a) acredita que por meio do SPED poderá reduzir as sonegações tributárias que tanto são focadas pelos órgãos arrecadadores?

R:

_____

_____

_____